

GERAÇÃO E (RE)CONFIGURAÇÃO SOCIAL:

A velhice no Brasil atual

Fernanda Pinto¹

Resumo:

O Brasil passa atualmente por uma reconfiguração demográfica no que se refere à longevidade de seus habitantes. Cada dia mais, devido às quedas nas taxas de natalidade, sobretudo a partir das décadas de 1970 e 1980 e à diminuição gradativa das percentagens de mortalidade registradas nas últimas décadas, o envelhecimento da população brasileira é uma realidade cronologicamente nova, mas que tende a um alto aceleramento nos próximos anos. O historiador social, que busca compreender as transformações pelas quais a sociedade passa, diante da estrutura possível, dentro da temporalidade que ele analisa, não pode deixar de analisar a história demográfica de uma população, pois ela diz muito da cultura, as concepções e o cotidiano de uma dada comunidade/povo/nação.

Palavras Chave: Família. Geração. Velhice.

O Brasil passa atualmente por uma reconfiguração demográfica no que se refere à longevidade de seus habitantes. Cada dia mais, devido às quedas nas taxas de natalidade, sobretudo a partir das décadas de 1970 e 1980 e à diminuição gradativa das percentagens de mortalidade registradas nas últimas décadas, o envelhecimento da população brasileira é uma realidade cronologicamente nova, mas que tende a um alto aceleramento nos próximos anos.

Essa transformação tem criado no país novos modelos de famílias, que vão ter a figura do idoso - personagem não muito comum à maioria dos lares devido a curta longevidade dos brasileiros até a década de 50 -, uma participação constante, embora não seja nosso objetivo discutir aqui a qualidade dessa participação e uma maior visibilidade social, principalmente nos idosos que vão ser chefes dos lares ou sustentáculo financeiro primordial nos “novos” lares brasileiros.

Para compreendermos o envelhecimento, precisamos levar em consideração que o mesmo é vivido de modo diferente de um indivíduo para outro, de uma geração para

outra e de uma sociedade para outra, pois além de ser um fenômeno biológico, é também social e cultural, sendo uma etapa da vida que decorre da alta idade cronológica e mudanças biopsicossociais, que atinge a relação do homem com o ambiente em que vive².

O historiador social, que busca compreender as transformações pelas quais a sociedade passa, diante da estrutura possível, dentro da temporalidade que ele analisa, não pode deixar de analisar a história demográfica de uma população, pois ela diz muito da cultura, as concepções e o cotidiano de uma dada comunidade/povo/nação.

De acordo com Barros³, é a partir da década de 1950 que ocorre um entrelaçamento da História com a História Regional, sendo Coubert e Pierre Vilar os primeiros a utilizar esse tipo de análise que possibilita uma gama de interpretações e possibilidade que leva a análise de fatores culturais, econômicos, políticos e antropológicos.

À medida que vai conectando os aspectos mais especificamente relacionados às categorias populacionais (como a mortalidade ou a natalidade), com frequência, obtidos através de métodos estatísticos e da abordagem quantitativa, para depois relacionar estes aspectos de modo a dar a perceber a vida social de uma determinada comunidade, a História Demográfica estabelece interfaces com a História Social. Para utilizar uma imagem mais eloquente, a História Demográfica vai se convertendo, muito claramente, em um tipo de História social na razão direta em que a história da mortalidade vai derivando para uma história da morte, mostrando-se também neste particular a possibilidade de uma interface ainda mais específica com a História das Mentalidades. (BARROS, 2004.p. 23)

Entendendo assim as análises demográficas como importantes para a contribuição nas análises das permanências e mudanças de uma sociedade é que buscamos analisar as principais transformações ocorridas na constituição e concepção de família que tem ocorrido no Brasil nos últimos anos.

Segundo Teruya⁴, “família é uma instituição mediadora entre o indivíduo e a sociedade, submetida às condições econômicas, sociais, culturais e demográficas, mas que também tem, por sua vez, a capacidade de influir na sociedade”. Desse modo, as crises pelas quais as sociedades atuais tem passado que sejam, como aponta a autora, a rebelião dos jovens, as mudanças nos status da mulher, o crescimento das dúvidas sobre

o futuro da família e os conflitos entre as gerações refletem na estrutura familiar que é criada e recriada constantemente.

Para que compreendamos as novas concepções de família, se faz necessário que haja uma desnaturalização de categorias sociais modernas⁵, que se encontram atualmente obsoletas, pois as famílias agora são também matrifocais, ampliadas e multigeracionais, e isso é uma das consequências do envelhecimento populacional brasileiro¹.

Nesse sentido, de acordo com Silva⁶, autores como Cynthia Sarti, Elizabeth Roudinesco, François de Singly, Maria Amália Faller Vitale, Zygmunt Bauman, Mary del Priore, Clarice Peixoto, Alda Brito Motta e Benedita Cabral são essenciais na compreensão dessa “nova” realidade contemporânea, pois eles discutem as relações na atualidade e a construção da concepção familiar atual.

As famílias líquidas estariam representadas por toda essa teia complexa de arranjos familiares contemporâneos, sejam eles: a família monoparental (só uma pessoa chefia a família), a família recomposta (constituída a partir do recasamento do pai e/ou da mãe), a família ampliada (composta por pais, mães e avós), a família matrifocal (a mãe ou a avó é a chefe de família), as famílias que eu conceituo em meu trabalho de avoternais até a família unipessoal (constituída por uma pessoa). As uniões homoafetivas (formadas por casais homossexuais) aparecem como a configuração familiar mais ameaçadora da ordem e ao mesmo tempo desejosa de ordem. (SILVA, 2008,p.5030)

Os idosos no Brasil tem assumido novos papéis na família e no meio social, as concepções sobre as identidades e responsabilidades que os membros da família tem assumido e se (re) apropriado tem feito a visão sobre a velhice aos poucos se mover de período concebido homoganeamente como decadente a um período da vida que pode ser (é) - de acordo com o meio acadêmico e populacional- heterogenio e plural.

“O antigo relato preto-e-branco de uma velhice decadente toma o colorido de uma velhice associada à arte do bem viver” (PEIXOTO, 2003, P.75). A invenção histórica da categoria aposentado proporcionou melhorias nas condições de vida das pessoas envelhecidas e uma mudança paradigmática nas questões das

identidades senescentes. Os *idosos* entram em cena...os *velhos*...são banidos dos textos oficiais, conforme salienta a referida autora. Essa virada conceitual chega ao Brasil no final da década de 60 do século passado e é incorporada, progressivamente, por gerontólogos, pessoas de mais idade e pela mídia. A revisão dos estereótipos da velhice construídos pela sociedade moderna ocidental fordista - apoiada nos textos jurídicos e de autores da Psicologia do desenvolvimento - tem provocado a elaboração de novos estereótipos. O conceito de terceira idade desestabilizou todo o curso da vida moderno que determinava os comportamentos adequados para cada categoria etária. (SILVA, 2009. p. 5027)

O aumento no acesso das pessoas ao saneamento básico e o crescimento de modernas tecnologias voltadas para o prolongamento da vida (que sabemos, não alcançam todos os setores da sociedade), tem contribuído também para a longevidade dos brasileiros. Contudo, temos nas mulheres o segmento social que mais procura tratamentos médicos e hospitalares (IBGE, 2002) e, por conseguinte, elas tem alcançado maior longevidade.

Os índices de mortalidade feminina são inferiores a masculina em todas as faixas etárias após a infância, essa realidade traz consigo consequências como uma velhice feminilizada, bem como, mudanças nos seus papéis sociais quando chegam à velhice.

Silva faz uma análise dessa realidade feminina envelhecida na população paraibana – estado com o terceiro maior número de idosos do país -, mostrando como há uma ambivalência na percepção do papel social da idosa na sociedade, uma vez que o estado possui um enorme número de avós e bisavós que cuidam dos seus netos e bisnetos, utilizando o termo *avoternagem* para designar essa ação das idosas.

Para essa autora, são os discursos da Gerontologia, da Medicina Social e da Psicologia que tem contestado incisivamente o papel da mulher idosa na sociedade brasileira, uma vez que são esses profissionais que convivem diariamente com essa nova realidade identitária, principalmente a brasileira.

De acordo com Saad⁷, “no Brasil, o intercâmbio de ajuda entre pais e filhos tende a se estender ao longo de todo o ciclo de vida familiar, como se existisse uma espécie de contrato intergeracional estipulando o papel dos diferentes membros da família em cada fase do ciclo”. Contudo esse intercâmbio muitas vezes é estabelecido pela necessidade econômica e tensões sociais.

A longevidade associada às responsabilidades familiares, tem se deslocado do patriarcado e ido, de uma forma acelerada para o matriarcalismo. As famílias multigeracionais, compostas por crianças e idosos, que na maioria das vezes são seus avós, são cada dia mais comuns, bem como o retardamento da maternidade, resultado em partes, da entrada da mulher no mercado de trabalho, tem constituído famílias que convivem com gerações múltiplas.

A aposentadoria, fonte maior da manutenção da maioria dos idosos no Brasil, tem gerado não apenas avós cuidadoras, mais também avôs chefes de família, pois, é na maioria das vezes, o idoso com seu salário a maior fonte – quando não, a única-econômica de sustento da casa. Desse modo, o papel do idoso masculino (aposentado) na família, também tem se modificado, pois a presença dele torna-se algumas vezes indispensável à sobrevivência dos outros moradores da casa. A família tende a cada dia mais, se ampliar, e, devido à baixa renda que algumas famílias possuem, fica a cargo dos membros que possuem algum tipo de renda fixa o sustentáculo da mesma.

Sem dúvida é necessário mencionar que a velhice no Brasil ainda é uma velhice pobre e doente, por mais forte que sejam os discursos capitalista de “melhor idade”, que busca “apanhar” esse crescente mercado consumidor, vivemos num país com realidades extremamente distintas.

Temos no país, de um lado, idosos ricos e muitas vezes autônomos físico e mentalmente, que podem se dar ao luxo de viver sozinhos ou em comunidades voltadas ao bem estar da sua faixa etária, esses possuem uma pequena representação nacional do segmento idoso. E também temos idosos pobres, que muitas vezes, devido a falta de acesso a bons tratamentos médicos e a uma alimentação saudável e baixa qualidade de vida, tem uma velhice debilitada e dependente, onde a pobreza é apenas mais um agravante a disfunção biológica acarretada aos anos vividos.

Para os que possuem maior poder aquisitivo, a velhice é muitas vezes libertadora, pois dá a alguns a chance de realizar sonhos e desejos impossíveis na juventude, por mais diversos fatores e que são realizáveis na velhice, sem tantas obrigações familiares. Para esses idosos, a aposentadoria é a maneira mais fácil de se alcançar a autonomia e novos papéis junto a comunidade e a seus familiares.

Em contrapartida, para os idosos que precisam de cuidados, bem como para as classes mais desfavorecidas financeiramente, a violência é uma marca da velhice. Como afirma Bernardo⁸ ao citar Debert e Cohin,

A sociedade brasileira caracteriza-se por um alto índice de violência familiar e, de acordo com Saffioti (1994), recai sempre sobre as mesmas vítimas - mulheres, crianças ou velhos – o que deve ser considerado a fim de que se possa compreender a sua rotinização. Ocupando, na década de 90, um lugar cada vez maior na mídia impressa e eletrônica, essa forma de violência apresenta-se nas estatísticas indicando que os crimes perpetrados por desconhecidos competem com aqueles cometidos por parentes, amigos e vizinhos (DEBERT, 2001).

[...]

Podemos distinguir, no Brasil, uma violência do tipo estrutural, cujas expressões mais fortes são os idosos, cada vez mais presentes nas sinaleiras das grandes metrópoles; uma violência social, cujas manifestações mais fortes configuram-se na violência doméstica, na qual os idosos são vítimas preferenciais. A violência estrutural incide sobre as condições de vida das pessoas, a partir de decisões históricas, econômicas e sociais e, por possuir um caráter de perenidade, acaba sendo percebida pelos atores sociais como algo “natural” (COHIN, 2001).

Temos desse modo mais uma das consequências sócias do “surgimento” desse novo segmento social nas famílias brasileiras, que tem sido redefinida por diversos e complexos fatores. A violência para Bernardo (ibidem) faz com que a família, deixe de ser vista como o espaço de proteção e cuidado, para ocupar o lugar em que as relações de opressão, abusos físico e emocional, crime e ausência de direitos individuais, em muitos casos, prevalecem.

Concluimos desse modo, afirmando que diante da pluralidade de configurações historicamente observáveis o historiador precisa também, se interessar e buscar compreender a permanente reformulação dos significados vividos e mudanças que vem ocorrendo em seu tempo, uma vez que são poucos os trabalhos em História sobre a velhice e o envelhecimento populacional em História.

O fenômeno demográfico da velhice não é exclusivo do Brasil, mais ele tem trazido consequências que vem transformando a configuração estrutural familiar e consequentemente social do nosso país. A concepção de velhice também vem sendo

drasticamente recriada e reinventada. As múltiplas e fluídas identidades idosas perpassam o imaginário social e cultural familiar e tem construído uma gama de novas identidades familiares no país⁹.

Temos nos estudos sobre a História da Velhice um novo objeto que pede novos métodos e abordagens no campo da investigação histórica. cremos que seja mister para a tessitura dessas análises a interdisciplinaridade, tão amplamente anunciada pelos *Annales*, mas muitas vezes esquecidas pelos profissionais de História.

NOTAS

¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande – PB (UFCG), mestranda no Programa de pós graduação em Desenvolvimento Regional (MDR) pela Universidade Estadual da Paraíba; Bolsista pelo CNPq. E-mail : donnafernanda@hotmail.com.

² Conceitos presente no artigo “*Políticas Públicas: idosos e aposentados frente ao mercado de consumo*”, de Sandra Maria Araújo de Souza Celestino, 2008.

³ BARROS, Myriam Moraes Lins de. *Autoridade e Afeto. Avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

⁴ Disponível em, <http://www.abep.nepo.unicamp.br>, acessado em 20.03.2012.

⁵ Expressão utilizada por Silva (2009) para designar as concepções de família nuclear patriarcal jovem, formada e idealizada pelo homem moderno, que tinha os ideais cristãos como núcleo dessa instituição, base para a concretização do ideário burguês de vida.

⁶ Idem. *Ibidem*.

⁷ SAAD, P. *Caracterização sócio-econômico e demografia do idoso*. São Paulo, proposta editorial, 1992.

⁸ BERNAROD, Katia Jane Chaves. Família, Velhice e Violência. Revista UniJorge. Disponível em <http://revistas.unijorge.edu.br/inter subjetividades/index.php/artigos/51-familia-velhice-e-violencia>

⁹ DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice: socialização e processo de representação do envelhecido*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 1999.